

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PEDAGÓGICA NAS ETSUS -
CEGEPE**

ELIEZEL ALVES DOS ANJOS

**ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO NO CONTROLE DE REGISTRO DE DADOS
PARA GESTÃO PEDAGÓGICA/ESCOLAR: a busca na qualidade dos dados**

MACEIÓ - ALAGOAS

2013

ELIEZEL ALVES DOS ANJOS

**ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO NO CONTROLE DE REGISTRO
DE DADOS PARA GESTÃO PEDAGÓGICA/ESCOLAR: a busca na
qualidade dos dados**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas
ETSUS - CEGEPE, Universidade Federal de Minas
Gerais, para obtenção do Certificado de Especialista.

Orientadora: Eulita Maria Barcelos.

MACEIÓ - ALAGOAS

2013

ELIEZEL ALVES DOS ANJOS

**ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO NO CONTROLE DE REGISTRO
DE DADOS PARA GESTÃO PEDAGÓGICA/ESCOLAR: a busca na
qualidade dos dados**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas
ETSUS - CEGEPE, Universidade Federal de Minas
Gerais, para obtenção do Certificado de Especialista.

Orientadora: Eulita Maria Barcelos.

Banca Examinadora

Prof^ª Eulita Maria Barcelos.

Prof^ª Maria Dolôres Soares Madureira.

Aprovado em Belo Horizonte,

DEDICATÓRIA

À *Yahweh*, por sua sustentação, sua provisão, seu beneplácito e sua inefável grandeza.

À minha família, a quem devo pela cooperação e compreensão, quando da subtração das horas destinadas aos estudos.

AGRADECIMENTOS

Ao Diretor da ETSAL/UNCISAL, na pessoa do Prof. Adailton Isnal — que não mediu esforços para colaborar e contribuir objetivamente na construção do estudo.

À Edelzuíta Bezerra de Moraes, Gerente de Planejamento — pela compreensão e cooperação nos momentos de ausência da ETSAL/UNCISAL, para participar dos momentos presenciais em Salvador.

À minha Orientadora, Profª Eulita Maria Barcelos, que teve um papel fundamental no processo de construção do estudo, por sua eficaz ponderação e orientação, sem a qual eu enfrentaria dificuldades na celeridade para conclusão.

Ao grupo de tutores do CEGEPE, pela abnegação, pelos momentos de orientações e encontros ao longo da trajetória do Curso.

À Coordenação do CEGEPE/UFMG, pela oportunidade e dedicação em levar a termo a finalização do Curso, a despeito das dificuldades enfrentadas, objeto de reflexões para os próximos cursos.

Aos colegas de Curso que oportunizaram a troca de saberes e de salutar convivência ao longo da caminhada.

Ao Marcos Albérico de Souza, técnico em TI da ETSAL/UNCISAL que sempre se manteve solícito às dúvidas no campo da informática.

EPÍGRAFE

Talvez não tenhamos feito o melhor.

Não somos o que o deveríamos ser.

Nem somos o que seremos.

Mas graças a Deus não somos o que éramos.

Martin Luther King

RESUMO

O estudo propõe abordar a importância da validação/qualidade de dados, mediante adoção de atitudes fidedignas no seu registro e controle para gestão pedagógica/escolar do Curso de Complementação do Técnico de Enfermagem, experienciado numa escola técnica de saúde, integrante da RETSUS. A problemática relacionada com as inconsistências no preenchimento do documento de acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, gerados pelos docentes do Curso de Complementação para Técnico em Enfermagem da ETSAL, resultava em dificuldade na expedição dos diplomas dos alunos e históricos escolares quando eram solicitados comprometendo o gerenciamento de informações no âmbito administrativo e pedagógico. O objetivo é a elaboração de uma proposta de intervenção para a melhoria do registro dos dados do processo de ensino-aprendizagem dos alunos pelos docentes do Curso Técnico em Enfermagem da ETSAL, da modalidade de Complementação/Módulo II. O procedimento metodológico partiu da priorização dos problemas levantados pelo diagnóstico situacional realizado no decorrer do Curso em Gestão Pedagógica nas ETSUS, contemplando a revisão de literatura e a elaboração da proposta de intervenção. Utilizará como estratégia de ações a participação dos coordenadores pedagógicos e dos instrutores, mediante a aplicação de seis fases. O presente estudo permitirá vislumbrar a superação existente de uma lacuna de controle, ou seja, a utilização de um instrumento mediatizado pelos atores envolvidos: coordenadores pedagógicos e instrutores da ETSAL.

Palavras-chave: Saúde. Gestão em saúde. Enfermagem.

ABSTRACT

The study proposes to address the importance of validation /data quality by adopting attitudes reliable in your registry and control for managing educational / school Course Completion of Practical Nursing, experienced a technical school health, member of RETSUS. The problems related to inconsistencies in completing the document accompanying the process of teaching and learning generated by the teachers of the Course Completion for Nursing Technician ETSAL, resulted in difficulty in the expedition of diplomas and transcripts of students when they were asked compromising information management in the administrative and pedagogical. The goal is to develop a proposal for intervention to improve data recording process of teaching and learning of students by teachers of the Technical Course in Nursing ETSAL, the modality of Complementary / Module II. The methodological procedure left the prioritization of the issues raised by the situational diagnosis made during the Course in Pedagogical Management in ETSUS, contemplating the literature review and the drafting of the proposed intervention. It was used as a strategy of actions the participation of coordinators and instructors, through the application of six phases. This study allowed a glimpse of overcoming existing a gap control, ie, the use of an instrument mediated by the actors involved: pedagogical coordinators and instructors ETSAL.

Keywords: Health. Health management.Nursing.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 JUSTIFICATIVA	12
3 OBJETIVO	13
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	13
5 REVISÃO DE LITERATURA.....	15
5.1 Gestão Escolar da Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RETSUS)15	
5.2 Escolas Técnicas do SUS: marco conceitual para conformação pedagógica	22
5.3 Marco Histórico	22
5.4 Sistema de Informação de Dados das Escolas Técnicas de Saúde do SUS.....	27
5.5 Tecnologia da Informação	29
6 PLANO DE INTERVENÇÃO.....	31
6.1 O problema priorizado.....	31
6.1.1 Explicações do problema	32
6.1.2 Causas relacionadas ao problemas	32
6.1.3 Causas relacionadas aos docentes	32
6.2 Objetivos do plano.....	32
6.3 Ações a serem desenvolvidas	33
6.3.1 Estratégias a serem utilizadas nas ações	33
6.4 Resultados esperados.....	36
6.5 Pessoas responsáveis pelas ações	37
6.6 Parceiros ou instituições envolvidas.....	37
6.7 Recursos necessários	37
6.7.1 Recursos humanos	37
6.7.2 Recursos materiais.....	38
6.7.3 Recursos financeiros.....	38
6.8 Cronograma	39
6.9 Acompanhamento e avaliação	40
7 CONCLUSÃO.....	42
REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo reveste-se de relevância em virtude da necessidade de buscar ferramentas que consolidem as ações de uma gestão democrática, refletindo nos processos de trabalho desenvolvidos pela Escola Técnica de Alagoas (ETSAL) na qualidade de espaço estratégico de formação e qualificação para o Sistema Único de Saúde (SUS) que, por sua vez, evidenciaria seus efeitos nas atividades profissionais dos técnicos facilitadores e do serviço como um todo orgânico e sistêmico.

Nesta perspectiva a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde foi criada tendo como “pressuposto respeitar as necessidades nacionais e regionais de saúde e aumentar a indução seletiva para a produção de conhecimentos e bens materiais e processuais nas áreas prioritárias para o desenvolvimento das políticas sociais” (BRASIL, 2008. p.5).

A Agenda foi construída por um processo composto de cinco etapas. Para assessorar todas as etapas de construção foi criado um Comitê Técnico Assessor (CTA), composto por especialistas e gestores reconhecidos. “A partir da metodologia utilizada em experiências nacionais e internacionais, foi ordenado um conjunto de 20 subagendas de pesquisa e referendado pelo Comitê Técnico Assessor (CTA)” (BRASIL, 2008. p. 6).

A Gestão do Trabalho e Educação em Saúde ocupa o 5º lugar. Assim, dentre Desafios da Gestão do Conhecimento apontados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que é uma agência do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) — destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país. Sua história está diretamente ligada ao desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil contemporâneo, traz grandes preocupações desafiadoras ao tentar responder aos questionamentos: Como utilizar evidências científicas nos processos de tomada de decisão? Como produzir e disseminar conhecimento científico útil para a gestão do SUS? Como aproximar pesquisa e gestão? São desafios que os docentes e gestores têm pela frente, a fim de responder as inquietudes impostas pela sociedade (OLIVEIRA, 2011).

À luz dessas inquietudes, há que se ponderar que a política de gestão se constitui num elemento importante para qualquer instituição, especialmente de natureza formadora. Os avanços pretendidos devem estar na perspectivas de estudos que visem à superação das

dificuldades enfrentadas nos seus mais diversos aspectos, mormente relacionados ao processo de gestão. Ou seja, os estudos devem estar em consonância com as questões que imprimam qualidade às ações e respondam adequadamente as aspirações da sociedade.

Na perspectiva das Políticas de Ensino Técnico Profissional, a Constituição Federal em seu artigo 200, bem como a Lei 8080/90 que regulamentou o capítulo da saúde, define o Ministério da Saúde como o ordenador da formação dos trabalhadores da saúde. Em 2003, foi criada pelo Ministério da Saúde, a Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SEGETS), ocorrendo uma mudança positiva nas políticas de recursos humanos, pois passa a tratar especificamente da gestão dos recursos humanos na dimensão do trabalho e da educação na saúde. Neste contexto, é constituída a rede de Escolas Técnicas de Saúde do SUS que se fortalece e hoje está constituída por 36 escolas em todo o território nacional, sendo a Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora - ETSAL integrante desde sua criação.

Assim, a Política Pública de Educação Profissional de Nível Médio para a Saúde no Estado de Alagoas é desenvolvida pela Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora – ETSAL, aderida à estrutura da Universidade Estadual de Ciências da Saúde (UNCISAL) pela Lei nº 6.351, de 09 de janeiro de 2003. A referida Lei define em seu art. 4º que a Educação Profissional para o ensino Básico e Técnico, integrado ao trabalho, à ciência e à tecnologia far-se-á através da ETSAL.

Em dezembro de 2005, após visita de avaliadores externos e homologação do Parecer pelo Conselho Estadual de Educação de Alagoas, a UNCISAL passa à condição de Universidade, através da Lei nº 6.660, de 28 de dezembro de 2005.

A escola nasceu na década de cinquenta com a missão de formar auxiliares de enfermagem para atender as necessidades dos serviços de saúde. As transformações que se inscreveram no contexto da Constituição de um novo Sistema de Saúde nos anos 80, destacam a importância da formação de novo profissional de nível médio integrado ao novo sistema. Das configurações no campo da Educação Profissional em Saúde, a Política de Educação Permanente criada pelo Governo Federal influenciou na ampliação da missão da ETSAL no sentido de contemplar as diversas categorias profissionais de nível médio, já inseridas no Sistema Único de Saúde.

Sendo que o compromisso da Escola Técnica de Saúde Prof^a Valéria Hora (ETSAL) é trabalhar para contribuir para adequada formação, alocação, valorização, qualificação e democratização das relações de trabalho, é mister que o compartilhamento da informação e do conhecimento, a busca de soluções para problemas de interesse comum e a difusão de metodologia e recursos tecnológicos, destinados à melhoria das atividades de ensino, pesquisa e cooperação técnica, coadunam com a missão da ETSAL e da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) de desenvolver políticas e ações pautadas na égide de uma gestão democrática. Contextualizando, a ETSAL/UNCISAL integra a:

RET-SUS que é uma rede governamental criada pelo Ministério da Saúde, pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde e pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde para facilitar a articulação entre as 36 Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS) e fortalecer a Educação Profissional em Saúde, [a formação do pessoal de nível médio que atua na área da Saúde] (BRASIL,sp.sd).

Além disso, a Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RET-SUS) é uma estratégia de articulação, troca de experiências, debates coletivos e construção de conhecimento em Educação Profissional em Saúde (BRASIL, SP.sd).

Portanto, torna-se relevante buscar investigação da análise dos processos de gestão sob a perspectiva da democracia, no sentido de servir de elemento facilitador e norteador, marcado pelo pensamento intercambiante e empoderamento, no intento de ações coletivas desenvolvidas pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência dos processos de trabalho.

Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação de uma realidade em que se encontra. O empoderamento devolve poder e dignidade a quem desejar o estatuto de gestão participativa, e principalmente, a liberdade de decidir e controlar seu próprio destino com responsabilidade e respeito ao outro.

O estudo tem sua gênese a partir de uma real necessidade de superar uma dificuldade pontual, no tocante a problemática relacionada com o controle dos dados para gestão pedagógica/escolar da ETSAL/UNCISAL. Ou seja, os dados de acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem gerados pelos docentes do Curso de Complementação para Técnico em Enfermagem da ETSAL estão chegando ao processamento de dados da Escola com inconsistências, devido ao preenchimento incorreto do documento de acompanhamento. Este fato vem causando dificuldades na definição da carga horária, na emissão dos diplomas e

nos históricos escolares, comprometendo o gerenciamento de informações no âmbito administrativo e pedagógico. Além disso, observação importante no tocante ao registro de alunos evadidos e desistentes, cujo controle é fundamental, a fim de evitar reflexos à Gestão Escolar/Secretaria.

O nó crítico consiste nas inconsistências dos dados supracitados que dizem respeito à qualidade dos dados, ou seja, não evidenciam completude na precisão, na fidedignidade e coerência dos registros emitidos no preenchimento dos documentos relativos ao processo de trabalho da formação dos trabalhadores em saúde, veiculados pelos instrutores sob a supervisão dos coordenadores pedagógicos do curso.

A supervisão dos registros dos dados, das atividades do processo ensino-aprendizagem desenvolvidas pelos instrutores, é uma atribuição dos coordenadores pedagógicos, na perspectiva de facilitar o processo pedagógico de ensino-aprendizagem, principalmente no tocante a verificação das freqüências e avaliações dos alunos. Por isso, existe uma lacuna de controle, ou seja, um instrumento capaz de dar conta da superação da dificuldade mediatizado pelos atores envolvidos: coordenadores pedagógicos e instrutores.

Dessa forma, esta proposta pode contribuir para apontar indicativos norteadores e facilitadores de melhoria nas ações de gestão sob o ângulo democrático, cuja intervenção pode ressignificar novas concepções.

2 JUSTIFICATIVA

O presente estudo se justifica em virtude de uma real necessidade de atender um grande problema que está interferindo na gestão pedagógica/escolar da ETSAL/UNCISAL que é a inconsistência, infidedignidade e incompletude dos dados referentes ao acompanhamento do processo ensino-aprendizagem dos alunos que são encaminhados para secretaria pelos docentes e está dificultando a gestão escolar/secretaria na emissão de certificados e diplomas, em virtude dos dados gerados pelos instrutores pedagógicos comprometendo o gerenciamento de informações no âmbito administrativo e pedagógico.

Por isso, pensou-se em buscar uma estratégia de intervenção para a superação dessa dificuldade, a fim de assegurar a fidedignidade e coerência dos registros emitidos no preenchimento dos documentos relativos ao processo de trabalho da formação dos trabalhadores em saúde, veiculados pelos instrutores sob a supervisão dos coordenadores

pedagógicos do curso. Monteiro e Vieira (2010) argumentam que quando a prática educativa surge de uma educação transformadora, que tem como fundamentos o diálogo e o exercício da consciência crítica, as mudanças acontecem como resultado da participação das pessoas envolvidas no processo.

3 OBJETIVO

Elaborar uma proposta de intervenção para a melhoria do registro dos dados do processo ensino-aprendizagem dos alunos pelos docentes do Curso Técnico de Enfermagem da ETSAL, da modalidade de Complementação/Módulo II.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração da proposta de intervenção para a melhoria do registro de dados do processo ensino-aprendizagem dos alunos pelos docentes do Curso de Complementação para Técnico em Enfermagem da ETSAL, inicialmente partiu da priorização dos problemas levantados pelo diagnóstico situacional realizado no decorrer do Curso de Gestão e Pedagógica das ETSUS. As etapas seguintes foram a revisão de literatura e a elaboração da proposta de intervenção. O problema priorizado foi a inconsistência, infidélidade e incompletude dos dados do processo ensino-aprendizagem dos alunos que são encaminhados para secretaria pelos docentes.

Segundo Campos, Faria e Santos (2010), um problema pode ser entendido com uma situação inaceitável e discrepante com o ideal desejado, porém com possibilidade de transformação para o almejado.

Optou-se pela abordagem do método que está centrado na busca de aspectos de natureza bibliográfica e intervencionista sobre a realidade, por entender ser a mais apropriada para o estudo em questão.

Ademais, é importante ressaltar que a despeito do estudo ter um caráter intervencionista na realidade, na experiência do cotidiano, de fundo bibliográfico, o mesmo não perde sua importância prática, porque poderá influir nas relações e nos processos de trabalho.

Segundo Moresi (2003. p.29) a revisão de literatura é a “busca de informações e dados disponíveis em publicações – livros, teses e artigos de origem nacional ou internacional, e na

internet, realizados por outros pesquisadores”. A revisão bibliográfica não produz conhecimento novo. Ela apenas supre as deficiências de conhecimento do pesquisador no tema de pesquisa (WAZLAWICK, 2009).

É o processo de levantamento e análise do que já foi publicado sobre o tema de pesquisa escolhido, permitindo efetuar um mapeamento do que já foi escrito e de quem já escreveu algo sobre o tema da pesquisa (MORESI, 2003).

Rodrigues (2007) afirma que em termos metodológicos a revisão de literatura busca informações atuais sobre determinados temas de trabalhos científicos escritos por outros autores sedimentando a fundamentação teórica de determinada questão de forma que descreve e discute o conhecimento sobre o assunto que se propõe, contextualizando o autor sobre o tema.

Para Canzonieri (2010. p.48), a pesquisa bibliográfica “é feita a fim de recolher informações e conhecimentos prévios acerca de um problema”.

A busca bibliográfica foi desenvolvida na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS-BIREME) na base de dados eletrônica Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), e *site* do Ministério da Saúde.

Foram utilizados na busca dos artigos científicos os seguintes descritores: saúde, gestão em saúde e enfermagem.

Inicialmente os artigos encontrados foram lidos previamente para fazer a seleção e os selecionados passaram por leitura atenta e sistemática com o objetivo de selecionar as principais informações que subsidiassem a elaboração da revisão da literatura.

O passo seguinte foi a elaboração do projeto de intervenção segundo Campos; Farias e Santos, (2010) o plano de ação é um projeto de intervenção sobre determinado problema detectado e que necessita ser solucionado. Contudo, deve-se considerar a viabilidade de gerenciar o plano para obter o resultado almejado.

Na concepção de que a metodologia deve ser criativa e indicar as conexões relacionadas à realidade das ETSUS, bem como a orientação teórica que balizam a presente proposta, propõe-se descrever as articulações que conformam as estratégias, procedimentos e operações

delineados para realizar os objetivos propostos no projeto de intervenção, numa lógica que expõe e estabelece a unidade da ação a ser desencadeada.

Nesse sentido, o estudo tem implicações práticas, porque se propõe a analisar questões obstrutivas do processo de gestão e buscar a sua superação de um problema real. Ou seja, é possível conhecer com mais precisão o comportamento de uma ou de diversas variáveis ou ainda da relação entre elas, que, conjuntamente, podem estar oxidando a gestão. E como resultado dessa abordagem será possível preencher alguma lacuna em termos de conhecimento, cujas informações poderão possibilitar o desenvolvimento de ações que tornem o processo de trabalho mais fluido, eficaz e eficiente. Além disso, é possível também conhecer com base nos resultados, alguns aspectos que estavam velados, podendo trazer novas idéias, recomendações, ou hipóteses para futuros estudos (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

O cenário tem como base a política de gestão da Escola Técnica de Saúde Profª Valéria Hora (ETSAL), objeto do estudo, integrante da RETSUS, vinculada a Universidade Estadual de Ciências da Saúde (UNCISAL), cujos fundamentos serão visto *a posteriori*.

5 REVISÃO DE LITERATURA

5.1 Gestão Escolar da Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RETSUS)

Para Krawczyk (1999. p. 116)

[...] não é difícil obter o consenso sobre a necessidade de transformar as estruturas e dinâmicas da gestão das escolas para que elas recuperem a capacidade de transmitir uma cultura significativa e contribuam para recriar e desenvolver a capacidade de alcançar eficácia financeira e democratização política.

Acrescenta que “[quando se fala] de gestão da escola, não [se está] pensando apenas em uma determinada organização e na racionalização do trabalho escolar para alcançar determinados resultados, ou seja, na produção institucional da escola” (KRAWCZYK, 1999. p. 117).

Na perspectiva da “produção institucional da escola”, conforme Krawczyk (1999,p.117) implica na renovação dos dispositivos de controle que garantam níveis mais altos de governabilidade.” Além disso, enfatiza que “as expectativas [...] em relação às mudanças, para o conjunto de estratégias e mecanismos de desenvolvimento, mostram as relações contidas na gestão escolar”.

Nessa perspectiva, é consequente mostrar que é possível na gestão escolar um espaço privilegiado para o importante papel articulador da gestão escolar entre as metas e os delineamentos da política-pedagógica que perpassa pela gestão administrativa da secretaria escolar e sua concretização na atividade escolar, em destaque a eficácia e eficiência no controle e na qualidade dos dados numa relação de *input* e *output* para manutenção do sistema de informação.

[...] pensar a gestão escolar apenas como responsável pela realização eficiente dos objetivos institucionais da escola [...] corre-se o risco de não visualizar a influência da gestão escolar nos diferentes aspectos que constituem o cotidiano da escola e a instituição em sua totalidade (KRAWCZYK, 1999. p.117).

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2009) criou a portaria nº 1.298, de 28 de novembro de 2000, atualizada pela portaria nº 2.970 de 25 de novembro de 2009, que institui a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RETSUS) e dispõe sobre as diretrizes para a sua organização. O Art. 1º *Instituir a Rede de Escolas Técnicas e Centros Formadores vinculados às instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde - RETSUS*; tem os seguintes objetivos:

Compartilhar informação e conhecimento; buscar soluções para problemas de interesse comum; difundir metodologias e outros recursos tecnológicos destinados à melhoria das atividades de ensino, pesquisa e cooperação técnica, tendo em vista a implementação de políticas de recursos humanos nível médio em saúde; e promover a articulação das instituições formadoras de trabalhadores de nível médio em saúde no País, para ampliar sua capacidade de atuação em sintonia com as necessidades ou demandas do SUS.

A Rede de Escolas Técnicas (RET-SUS) existentes no país é composta pelas 36 Escolas Técnicas e Centros Formadores de Recursos Humanos do SUS que existem em todos os estados do Brasil. São todas instituições públicas, voltadas para a formação dos trabalhadores de nível médio do sistema de saúde.

As Escolas Técnicas e Centros Formadores de Recursos Humanos do SUS são constituídas por 33 estaduais, duas são municipais e uma é federal. A maioria delas é vinculada diretamente à gestão do SUS e mesmo as que pertencem a outras Secretarias têm gestão compartilhada com a Secretaria de Saúde.

A Coordenação Geral da RET-SUS fica a cargo da Coordenação de Ações Técnicas em Educação em Saúde do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES) da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde.

Tem ainda uma Comissão Geral de Coordenação, como instância deliberativa, e uma Secretaria Executiva, instalada na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

As Escolas Técnicas e Centros Formadores do SUS - ETSUS são instituições públicas criadas para atender as demandas locais de formação técnica dos trabalhadores que já atuam nos serviços de saúde, acompanhando o processo de municipalização do SUS no Brasil.

A base dessas ETSUS se encontra na sua origem o Projeto Larga Escala, criado em 1980, com a finalidade de possibilitar estratégias que conduzissem à viabilização de escolas e centros formadores do Sistema Único de Saúde (SUS). Sua origem veio de encontro com a necessidade de promover a melhoria da formação profissional de trabalhadores de nível médio e fundamental da saúde, que era realizada, em sua maioria pelas instituições de saúde.

Era um projeto de cooperação interinstitucional, oriundo do Acordo de Recursos Humano do Ministério da Saúde, do MEC, do Ministério da Previdência e Assistência Social e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), seu objetivo era a formação profissional dos trabalhadores de nível médio e fundamental inseridos nos serviços de saúde. A administração dos cursos era da responsabilidade tanto pelos serviços de saúde, quanto pelas instituições educacionais (PEREIRA; RAMOS, 2006).

O Ministério da Saúde entende que o Projeto Larga Escala tem muitos pontos positivos na formação profissionalizante. Segundo documentos do Ministério da Saúde, trata-se de combinar num único mecanismo três elementos essenciais:

- o ensino supletivo, que confere flexibilidade em termos de carga horária, tempo de formação, corpo docente etc, e está dirigido a indivíduos (já admitidos ou em processo de seleção) que realmente optaram pelo engajamento nesse setor de mercado de trabalho;
- o treinamento em serviços que proporciona melhor ajustamento entre o tipo de qualificação e as necessidades operacionais das instituições de saúde;
- o caráter de habilitação oficialmente reconhecida pelo sistema educacional, o que enseja o estabelecimento de padrões mínimos para o processo de capacitação, facilita a promoção profissional e o acesso a outros níveis de formação (PEREIRA; RAMOS, 2006 citados por SILVA *et al.*, 2009).

Conforme comunicação da RET-SUS (2013) ressalta que as Escolas Técnicas do SUS têm um direcionamento que é a educação profissional, que atualmente abrange a formação inicial e continuada (antiga formação básica), os cursos técnicos e os tecnológicos. Geralmente são –, vinculadas em grande parte à gestão da Saúde e não da Educação, tem proporcionado a apropriação dos princípios e diretrizes do SUS como direcionadores da sua prática formativa.

Além disso, destaca-se que:

A principal especificidade dessas instituições é a capacidade de descentralizar os currículos, mantendo os processos administrativos centralizados. Para isso, utilizam as unidades de saúde como espaços de aprendizagem e qualificam pedagogicamente os profissionais de nível superior dos serviços para atuarem como professores. Além disso, adequam o currículo ao contexto regional e têm como modelo pedagógico a integração ensino-serviço, com sua concepção fundamentada na articulação entre Trabalho, Ciência e Cultura, tendo o trabalho e a pesquisa como princípios educativos (RET-SUS, 2013.sp.).

O Ensino Técnico de Nível Médio, a Educação Profissional são denominados de Educação profissional em saúde é uma modalidade de ensino integrada às várias modalidades de educação, ao trabalho, às ciências e às tecnologias, direcionadas para o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio ou superior e para os trabalhadores em geral, jovens ou adultos, podendo ser desenvolvida de forma integrada ou não ao ensino regular. Pela legislação vigente, estes cursos estão distribuídos em três níveis: Formação Inicial e Continuada (capacitação, aperfeiçoamento, especialização e atualização); Educação Profissional Técnica de Nível Médio; e Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-graduação. Os focos de atenção da RET-SUS e da área da Saúde de um modo geral, são a formação inicial e continuada e a formação técnica (RET-SUS, 2013.sp.).

O Projeto de Formação em Larga Escala, da década de 80, e o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área da Enfermagem (PROFAE), dos anos 90 foram destacados como eventos importantes na Educação Profissional em Saúde no país, que se traduziram em verdadeiros marcos.

Ressalta Sório (2002.p.48), que:

Nas últimas décadas, o setor Saúde cresce em complexidade face aos compromissos assumidos pelas esferas governamentais, com vistas a atender as demandas crescentes no campo da atenção à saúde, demandas que mais tarde se tornariam princípios caros à Constituição, promulgada em 1988, e fundamentais para consolidar as Políticas de Saúde hoje vigentes.

Para buscar consolidação, a Portaria Ministerial Nº 1.298 de 28 de novembro de 2000, “veio formalizar a constituição de uma rede nacional de ETSUS”. O movimento nessa direção, afirma a autora que “é fundamental para o avanço dessas instituições, e ao mesmo tempo em que se relaciona com iniciativas anteriores de ampliar a interlocução interinstitucional”, bem como “fortalecer esses espaços e ampliar a capacidade normativa e regulamentadora dessas ETSUS no campo de Recursos Humanos em Saúde” (SÓRIO, 2002, p. 49).

Conforme Galvão e Sousa (2012.p.1160),

As Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS) são instituições públicas criadas ou “recriadas” a partir de 1980 para qualificar/formar os trabalhadores de nível fundamental e médio empregados no SUS que não possuíam qualificação específica para as funções que desempenhavam. As primeiras ETSUS, criadas especialmente no âmbito do sistema de saúde, já tinham em seu Regimento Escolar as características de uma escola dessa natureza: eixo metodológico de integração ensino-serviço, adequação do currículo ao contexto regional, utilização pedagógica dos espaços de trabalho, avaliação do desempenho dos alunos nos serviços com supervisão e acompanhamento pedagógico e docência exercida por profissional de nível superior dos serviços, qualificado pedagogicamente, tendo os princípios e diretrizes do SUS como norteadores dos planos de cursos.

Segundo Borges *et al.*(2012) o novo sistema de saúde (SUS) herdou uma estrutura administrativa centralizadora do regime militar, adotando a Teoria Geral da Administração como guia no planejamento normativo, administração de recursos humanos, financeiros e materiais e avaliação de resultados. Muito embora tenham as ETSUS sido definidas pela Izabel Santos, precursora deste movimento no Brasil, como escolas-função, escolas-flexíveis, multiprofissionais, de caráter inclusivo, participativo e democrático. Como ferramentas de transformação propõem a reflexão do fazer no ambiente do trabalho, promovendo o aprendizado institucional.

Elas atuam na formação de técnicos de vigilância em saúde, ambiental e sanitária, de técnicos de enfermagem, de saúde bucal, radiologia, reabilitação, patologia clínica, como também dos agentes de saúde indígena, entre outras categorias e níveis de formação. O público-alvo das ETSUS é composto por adultos provenientes das camadas populares, marginalizados pelo sistema formal de educação e desempenhando funções vitais nos serviços públicos de saúde (BORGES *et al.* 2012).

Para Borges *et al.*(2012), as ETSUS se constituem para a administração pública brasileira a expressão da inovação na gestão, abrindo um horizonte novo no processo de educação institucional, que por seu caráter reflexivo contradiz normas e rotinas.

Segundo Mezomo (2001, p. 43) o gestor tem que ter “bom-senso em assuntos de administração e que compreenda como as pessoas se entrosam e se relacionam [na] organização e a interação entre os vários setores, serviços ou departamentos”. Além disso, enfatiza o autor, que tenha “um pensamento estratégico capacidade para compreender e dirigir a mudança. Que estabeleça um ambiente de trabalho seguro e que favoreça a flexibilidade e a inovação”. Ainda destaca que o gestor, “ao mesmo tempo, [que deve ser] um ouvinte, um comunicador e um educador, [deve ser] uma pessoa emocionalmente expressiva e inspiradora”, bem como “capaz de criar uma atmosfera de renovação dos compromissos da organização com sua visão de futuro, e com sua missão, valores e princípios”.

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o SUS – NOB/RH-SUS, (2003) no que diz respeito à Política de Desenvolvimento do Trabalhador para o SUS define atribuições e responsabilidades dos gestores tais como:

- Estruturação de sistemas de informações unificados que tornem disponíveis, para as três esferas de gestão do Sistema de Saúde, os dados necessários ao planejamento das ações de formação de trabalhadores do SUS, compatíveis com as demandas do Sistema Único de Saúde;
- Garantia e incentivo à formação dos trabalhadores do SUS de nível básico, técnico, utilizando a metodologia, experiência e infraestrutura dos centros formadores de Recursos Humanos e das escolas técnicas de saúde existentes no seu âmbito, proporcionando o seu pleno funcionamento, em busca da qualidade do processo de capacitação, atendendo às diretrizes traçadas para a política de recursos humanos do SUS.

Neste contexto é preciso refletir sobre a forma que está sendo gerada a informação no âmbito das Escolas Técnicas de Saúde do SUS. Se as escolas são instâncias de desenvolvimento de recursos humanos para a saúde não há como pensar suas informações distanciadas da estrutura de recursos humanos para a saúde.

Para Mezomo (2001, p. 53)

O grande diferencial das organizações está cada dia mais centrado na qualidade pessoal e no desempenho profissional de seus recursos humanos. A tecnologia e a estrutura das organizações podem significar muito pouco se as pessoas não forem educadas para um trabalho responsável e se não sentirem comprometidas com a qualidade dele.

Por outro lado, a administração que “privilegia o trabalho individual, o controle da produção e do desempenho, a relação de subordinação e mando, a burocracia do relacionamento”, como também “a fixação do pensamento, a elevada rotatividade, a tecnologia, a produtividade forçada [...] o pensamento verticalizado e objetivos não maximizados já não conseguem garantir a sobrevivência”.

Adverte ainda o autor que:

a nova filosofia de administração centrada na busca da melhoria continuada privilegia o trabalho em equipe, a confiança nas pessoas e em sua capacidade produtiva, a relação de parceria e de co-responsabilidade, a diversidade e a mudança de pensamento, a manutenção das pessoas [...], o respeito e o valor de quem produz, o atendimento das necessidades humanas fundamentais, o pensamento horizontalizado e a maximização dos objetivos e metas (MEZOMO 2001, p.53).

Nessa linha de coerência, destaca Alves (2009, p. 61) que “o planejamento é uma função administrativa que visa aprimorar o processo de tomada de decisão, tendo como foco o alcance de objetivos pré-estabelecidos, antecipando oportunidades”. E ressalta que o planejamento “está relacionado às decisões presentes que implicarão no futuro da organização, auxiliando o administrador na condução das atividades e está diretamente relacionado à sua habilidade de gestão”.

Destaca ainda que “cresce hoje a consciência de que as pessoas não conseguem produzir e se realizar num ambiente de tensão”. Estão “condicionadas ao cumprimento de rotinas e processos inadequados ao atendimento de suas necessidades e expectativas” (MEZOMO, 2001, p.53).

Mezomo (2001, p. 54), descreve que “as pessoas não precisam de chefes nem os querem”. Assegura o autor que “elas estão em busca, isto sim, de líderes capazes de aglutinar seus esforços e de capitalizar suas energias na busca de objetivos superiores”. Ressalva que o líder “tem consciência de sua função como patrocinador do esforço coletivo, age com lealdade, respeito e ética, estimula as mudanças, apoia a criatividade e inovação”. E faz mais, “capacita as pessoas para a tomada de decisão, compartilha informações, busca resultados elevados, tem decisão e determinação, esbanja energia e disposição, e delega autoridade”. Além disso, “não controla, mas motiva as pessoas por sua postura e seu exemplo”. Adianta que “mostra elevada responsabilidade e respeita os sentimentos das pessoas. É um agente de mudança e está sempre comprometido com o melhor”. E conclui que “assume riscos e deixa que as pessoas também o façam. Não teme o crescimento das pessoas e procura garanti-lo e estimulá-lo. Defende seus funcionários e colaboradores e aposta em sua educação continuada”.

5.2 Escolas Técnicas do SUS: marco conceitual para conformação pedagógica

5.3 Marco Histórico

Segundo a Ata de Reunião dos Sócios fundadores lavrada em 15 de abril de 1952 foi criada a Escola de Enfermagem de Alagoas. Conforme a Portaria nº 729 de 29 de setembro de 1953, o Ministro da Educação autoriza o funcionamento da escola. Inicialmente foi regida pela Lei nº 775 de 6 de agosto de 1949. O Presidente da República Juscelino Kubitschek reconhece pelo Decreto nº 39.084 de 30 de abril de 1956 o Curso de Auxiliar de Enfermagem. O Decreto nº 1.058 de 04 de janeiro de 1963 passou a escola para a Fundação Alagoana de Serviços Assistenciais – FASA. A partir de 1972 pela Lei nº 3.247 de 12 de dezembro de 1972 a FASA passou a denominar-se Fundação de Saúde e Serviço Social de Alagoas – FUSAL.

A Resolução nº 20/82 da FUSAL cria o Centro Formador de Recursos Humanos para a Saúde Dr. Waldir Arcoverde com a finalidade de qualificar e habilitar o pessoal para aproveitamento e desempenho de ocupações na área da saúde. A Portaria nº 1.479/93 da Secretaria da Educação de Alagoas concede autorização para funcionamento dos cursos de Auxiliar de Enfermagem, Técnico de Enfermagem e Técnico em Patologia Clínica. O Curso Técnico em Hemoterapia foi autorizado pela Portaria 180/98 de 12/02/98.

A Lei 6.052 de 02 de julho de 1998 transfere as unidades de ensino profissionalizantes, Escola de Auxiliar de Enfermagem de Alagoas e o Centro Formador de Recursos Humanos para a Saúde Dr. Waldir Arcoverde para a estrutura da Fundação Governador Lamemha Filho – FUNGLAF.

A Lei estadual N.º 6.145, de 13 de janeiro de 2000 que instituía reforma e organização do Poder Executivo do Estado de Alagoas, na Seção III da Transformação e Extinção das Fundações, através do seu Art. 44, transformou a Fundação Governador Lamemha Filho – FUNGLAF em Fundação Universitária de Ciências da Saúde de Alagoas Governador Lamemha Filho – UNCISAL. O parágrafo primeiro incluiu somente o Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde de Alagoas - CDRH na estrutura da UNCISAL. Esta inclusão causou dificuldade de entendimento sobre as escolas, pois estas anteriormente funcionavam na mesma estrutura física do CDRH, no entanto não estava claro na Lei que passariam a compor a estrutura da UNCISAL.

A partir de 2000 as discussões sobre a política de Educação em Saúde apontou a necessidade de unificação das escolas transformando-as em Escola Técnica de Saúde.

A Lei nº 6.351, de 9 de janeiro de 2003 que reestruturou a UNCISAL, em seu art. 1º dá uma nova redação ao art. 44 da Lei nº 6.145, incluindo como uma das integrantes de sua estrutura a Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora.

A mesma lei define em seu art. 4º que a Educação Profissional para o ensino Básico e Técnico seria por meio da Escola Técnica de Saúde Profª Valéria Hora, que ministraria o ensino integrado ao trabalho, à ciência e à tecnologia.

Na tentativa de corrigir o equívoco da Lei 6.145 criou-se uma nova estrutura denominada Escola Técnica de Saúde Profª Valéria Hora, sem deixar claro o destino das estruturas escolares já existentes.

A Lei nº 6.490, de 28 de junho de 2004 no seu art. 2º acrescenta parágrafo 3º ao art. 44 da lei nº 6.145, modificado pelo art. 1º da Lei nº 6.351, onde ficam absorvidos, pela Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora - ETSAL, o Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde de Alagoas - CDRH, a Escola de Auxiliares de Enfermagem de Alagoas e o Centro Formador de Recursos Humanos para a Saúde Dr. Waldir Arcoverde.

A Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora, passa a existir legalmente através da Lei nº 6.490 de 2004, quando absorveu as estruturas anteriores.

A Lei Nº 6.660, de 28 de dezembro de 2005, transformou a Fundação Universitária de Ciências da Saúde de Alagoas Governador Lamenha Filho – UNCISAL em Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, permanecendo a mesma sigla, UNCISAL. A Escola Técnica de Saúde Professora Valéria integra a estrutura da atual UNCISAL, sendo sua mantenedora.

Apesar da criação da ETSAL, a Escola de Auxiliares de Enfermagem de Alagoas e o Centro Formador de Recursos Humanos para a Saúde Dr. Waldir Arcoverde conviviam no mesmo espaço, desenvolvendo atividades similares, pois só formavam Auxiliares e Técnicos de Enfermagem e perante o Sistema Estadual de Ensino permaneciam com credenciamentos e autorizações de cursos pertinentes às antigas estruturas.

Através da Resolução 073/2004 – CEE/AL do Conselho Estadual de Educação de Alagoas e da Portaria nº 001/2005 – SEE/AL a ETSAL foi credenciada com a nova denominação e seus planos de cursos autorizados a funcionar.

Segundo os Projetos Pedagógicos até 2004, a Escola de Auxiliares de Enfermagem de Alagoas funcionou atendendo às demandas da comunidade através de processo seletivo anual. Sua proposta pedagógica era organizada por disciplinas. O Centro Formador de Recursos Humanos para a Saúde Dr. Waldir Arcoverde tinha como clientela os trabalhadores de nível médio já inseridos nos serviços de saúde e que não tinham a formação específica para o exercício profissional. O projeto pedagógico era orientado pelo perfil da clientela, constituindo uma proposta para pessoas adultas, trabalhadores, cursos descentralizados, metodologia ativa que utilizava as experiências já vivenciadas por esses trabalhadores para a construção dos saberes necessários para o exercício profissional; tinha como estrutura didática o “Currículo Integrado” que aproximava o ensino-serviço-comunidade e utilizava como docentes os profissionais de nível superior de cada município.

É importante observar que, sob a chancela da Constituição Federal, a Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990, prevê no Art. 6º que estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde-SUS: III - a ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde.

Em 2000, o Ministério da Saúde lançou para todo o país o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da área de Enfermagem – PROFAE. A Escola de Auxiliares de Enfermagem de Alagoas e o Centro Formador de Recursos Humanos para a Saúde Dr. Waldir Arcoverde participaram nos dois componentes de financiamento. No componente “Formação” formaram 125 turmas nos 102 municípios do Estado de Alagoas. O componente “Estruturação da Escola” executou 04 projetos: informatização, biblioteca, capacitação e aquisição de mobílias escolares.

Em 1995, o Centro Formador de Recursos Humanos para a Saúde Dr. Waldir Arcoverde participou das discussões com o Ministério da Saúde sobre a criação de uma Rede de Escola Técnicas de Saúde – RET-SUS.

A Portaria nº 2.474/GM/2004 instituiu a formação inicial do Agente Comunitário de Saúde. De dezembro de 2004 a junho de 2006, a ETSAL executou a formação de 4939 alunos atingindo 169 turmas distribuídas nos 102 municípios do Estado de Alagoas.

Enquanto experiência de Educação à Distância entre 2004 e 2005, realizou em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP e FUNASA, o curso de Agentes Locais de Vigilância a Saúde - PROFORMAR, atendendo 614 alunos.

Mediante o Convênio nº 144/2004, a ETSAL iniciou em 2008 e ainda está em execução de 39 turmas de Técnicos de Higiene Dental, contemplando os 102 municípios do Estado.

Atualmente duas turmas do Curso de Análises Clínicas para trabalhadores do SUS estão sendo ofertadas (Convênio nº 1724/2008).

Além disso, outros projetos articulando saúde-educação envolvem a ETSAL nas discussões, um deles o projeto “Olhar Brasil” que capacitará professores e agentes de saúde para aplicarem o teste de acuidade visual entre idosos e escolares. Outro projeto “Brasil Profissionalizado” construirá três laboratórios ampliando e modernizando a estrutura da escola com equipamentos e materiais.

A ETSAL vivencia hoje, outras perspectivas pedagógicas com a implantação do ponto de “Telessaúde”. O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação amplia as possibilidades de Educação em Saúde aproximando distâncias e contribuindo para a melhoria da qualidade da assistência e atualização de conhecimentos dos profissionais do SUS.

A escola dispõe de internet banda larga em todos os setores, laboratório de informática, sistema de rede, acesso à biblioteca virtual, home page (www.etsal.com.br).

Demonstrado a trajetória legal pela qual a ETSAL passou, destaca-se a questão do marco conceitual para conformação pedagógica que perpassa as Escolas Técnicas do SUS. É importante observar qual a gênese da proposta pedagógica aplicada pelas Escolas Técnicas de Saúde do SUS que remetem ao marco conceitual adotado pela RETSUS. Inequivocamente é possível concluir que essa proposta teve como base o Projeto Larga Escala. Esta assertiva é confirmada por Isnal (2009), em análise ao documento do Programa de Formação de Pessoal de Nível Médio (BRASIL, 1987).

-A nova proposta tem como fundamento, o rompimento com o paradigma pedagógico praticado na época, centrado na figura do professor e na educação verticalizada, bancária que, segundo Isnal (2009.p.26), em “práticas educativas em saúde de treinamentos descontextualizados e que não ofereciam crescimento profissional”. Assim, houve a

necessidade de organização em vários aspectos, dentre os quais em bases legais, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para que possibilitasse à habilitação profissional, não ficando circunscrita apenas a qualificação, requerendo, desta forma, a condição de nível médio.

É importante destacar que a proposta de Larga Escala, como o próprio binômio expressa, tem como filosofia atender as demandas relevantes em termos de quantidade, de abrangência, sem comprometer a sua qualidade, ou seja, “estratégia operacional apropriada para atender ao grande contingente de trabalhadores da saúde” (ISNAL, 2009. p. 26).

Conforme Isnal (2009.p.26), o Projeto Larga Escala nasceu para romper com práticas de ensino descontextualizadas da realidade dos serviços de saúde e da realidade do *modus vivendi*, *modus operandi* e do *modus faciendi* dos trabalhadores em serviço da saúde, razão pela qual “foi desenvolvida uma metodologia de integração ensino/serviço visando não afastar os trabalhadores de suas atividades, e que pudesse proporcionar a qualificação profissional”.

Enfatiza Isnal (2009) que a metodologia problematizadora utilizada garantia a correlação entre conhecimentos gerais e específicos através da organização curricular onde os alunos fossem estimulados ao exercício cognitivo de ação-reflexão-ação, na busca da construção do conhecimento com base na realidade vivenciada. A ETSAL mantém originariamente a concepção metodológica criada pelo projeto. A Pedagogia da Problematização exige um alinhamento entre a dinâmica de abordagem com o aluno, uma organização curricular adequada e o preparo específico dos instrutores.

Segundo Isnal (2009), “quando a organização curricular apontou para o Currículo Integrado, organizado em módulos de grandes áreas de conhecimentos”. Destaca ainda que se encontram “estruturados em Unidades Didáticas com seus conteúdos, hierarquicamente, encadeados e relacionados formando uma rede de conhecimentos, desde os mais abrangentes até os mais específicos”.

Além disso, o referido autor afirma que o currículo citado é adotado pela RETSUS, considerando a relevância da natureza da pedagogia da problematização. É importante ressaltar que os instrutores envolvidos recebem uma capacitação pedagógica. Além disso, é previsto dentro da perspectiva dessa pedagogia, a aproximação da teoria e prática, ou seja, existem os momentos de *concentração* (abordagem teórica em sala de aula) e *dispersão*

(estágio supervisionado nas unidades de saúde do município ou no município pólo). Desta forma, os educandos são avaliados pelas competências alcançadas, sendo estas transformadas em conceitos, objetivando atender os reclamos legais do Sistema Educação Profissional, regida pela LDB. Estes dados anteriormente apresentados foram fornecidos pela análise documental de materiais disponíveis na Instituição em estudo.

5.4 Sistema de Informação de Dados Escolas Técnicas de Saúde do SUS

A informação dos dados de forma eficaz e fidedigna é de fundamental importância na gestão escolar e no desenvolvimento de todos os processos de ensino aprendizagem, pois através deles é possível avaliar se os objetivos foram alcançados e também fornece dados para pesquisa e contém informações importantes sobre o histórico escolar do aluno.

É importante ressaltar que existe uma deficiência e vulnerabilidade no armazenamento dos dados que são produzidos pelas Escolas Técnicas de Saúde do SUS.

Segundo Isnal (2009.p.33),

a coleta de dados realizada pelas escolas em quase sua totalidade, continuam ainda de forma bem artesanal, resultando em informações limitadas. Isso significa que há necessidade de um Sistema de Informação, a fim de que haja organização, produção de informações mediante análise pela pesquisa, segurança dos dados e atendimento às demandas do processo de gestão institucional e escolar, especialmente da Secretaria Escolar.

De acordo com Isnal (2009), houve uma tentativa da parte do Ministério da Saúde/Fiocruz, em 1995, pelo “Projeto Escola”, no sentido de informatizar as secretarias escolares, sem auferir êxito na sua implantação, decorrente da falta de participação da comunidade escolar, traduzindo-se numa iniciativa verticalizada, contemplando-se apenas 10 escolas vinculadas às Secretarias Estaduais de Saúde. Em 2002, mediante o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de nível médio da Enfermagem – PROFABE foi implementado o Sistema de Informação Gerencial – SIG para fins de acompanhamento, porém também não houve muita eficácia. Além dessas iniciativas, houve também a do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP que teve como finalidade produzir informações de Educação Profissional importantes para as ETSUS.

Ressalta Isnal (2009) que as escolas das RETSUS estão atreladas ao Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC e também ao Cadastro Nacional de Cursos Técnicos - CNCT do Ministério da Educação que tem a finalidade de

validar no nível nacional os diplomas das escolas técnicas e disponibilizar informações sobre escolas que ofertam cursos técnicos. Refere o autor que em reunião realizada em 2008 com as RETSUS da Região Nordeste, foi tratado sobre o tema “Sistema de Informação”, existindo na época apenas duas escolas com sistemas informatizados. A experiência sobre sistemas de informação nas ETSUS tem demonstrado, que poucas escolas utilizam sistemas informatizados e estes geralmente foram criados na perspectiva de atender somente às necessidades da escola. O desenvolvimento destes sistemas envolve em alguns casos profissionais da área específica e em outros, pessoas com pouca experiência, sendo que em qualquer situação a idéia de integração de sistemas não esteve na pauta da criação.

Assim, na perspectiva de Isnal (2009. p.7), “as ações de planejamento e gestão das escolas são geralmente apoiadas por precários dados, que tem gerado informações pouco consistentes à tomada de decisão no âmbito da gestão escolar”.

Diante dessas iniciativas frustradas, Isnal (2009. p.34) observa que “a construção de sistemas de informação precisa envolver parceiros com níveis de responsabilidade que contribuam para o planejamento, implantação e manutenção das propostas”.

Nessa perspectiva a proposta do autor, no sentido de planejar e arquitetar um Sistema de Informação para a ETSAL procura evitar a reprodução desses equívocos passados visando ter êxito na sua implantação e funcionalidade para o bem-estar da gestão institucional e da gestão escolar/secretaria.

A preocupação faz sentido, principalmente em se tratando da questão da organização dos dados para a área de Recursos Humanos em Saúde, pois, segundo ele, a idéia de trabalhar necessidades de informação, sistema de informação, redes e Educação Permanente.

Ainda nesse sentido, é conseqüente tratar especificamente da estratégia de intervenção em termos de instrumento, pois ela tem em mira a prevenção de “erros” que comprometam os registros das atividades dos instrutores com a verificação de vários aspectos, dentre os quais as freqüências, avaliações, carga horária, educandos desistentes e evadidos com reflexos no processo de ensino-aprendizagem e no âmbito da gestão escolar/administrativa.

5.5 Tecnologia da Informação

No tocante ao aspecto conceitual sobre Tecnologia da Informação, segundo Colmán (2008)

apud Isnal (2009), destaca que no dia a dia da escola são elaborados variados documentos e registros para serem arquivados em ordem para que o usuário possa ter informações em tempo hábil.

De acordo com Angeloni (2003), é importante a existência de um sistema de comunicação eficiente que facilite a divulgação das informações com rapidez e qualidade sendo, para isso, indispensável o suporte tecnológico. A informação e conhecimento são essenciais para uma boa comunicação e tomada de decisão.

Para Oliveira (1992), Carneiro (2006) *apud* Isnal (2009) o dado é qualquer elemento duro, qualitativo ou quantitativo, que não tem vínculo com o referencial explicativo, que por si só não conduz à compreensão de determinado fato ou situação. Este dado necessita ser transformado em informação que é o produto da análise dos dados obtidos interpretados dentro de um contexto para gerar conhecimento conduzindo à maior compreensibilidade do que se deseja expressar para facilitar as pessoas a tomarem decisões.

Isnal (2009, p.42-43) ressalta que “Sistema de Informação (SI) pode ser definido como um conjunto de procedimentos organizados que, quando executados, provêm informação de suporte à organização”.

Oliveira e Garcia (2006, p.23) ressaltam que:

Sistema de informação é um conjunto de computadores com um ou mais bancos de dados, programas, pessoas e regras de funcionamento, que têm como finalidade captar, guardar e recuperar informação, garantindo sua segurança e integridade. Pode-se dizer também que sistemas de informação são modelos que servem para orientar novas construções ou para descrever um certo segmento do mundo real. Desse modo, os sistemas de informação também são descrições do mundo real, embora parciais.

Para Crem (2009), todos os indivíduos convivem com a utilização de padrões e dependem deles para se comunicarem. Hoje, com a complexidade dos processos produtivos e gerenciais, é preciso registrar os dados de forma organizada à maneira de se produzir. A padronização é considerada dentro das corporações como algo benéfico a todos, desde o nível operacional ao estratégico. Temos também que considerar que vivemos na era da informação tecnológica, na qual há troca crescente de informações através de aplicativos e plataformas.

Tratando-se sobre Sistema de Informação e integração com destaque ao Manual de Orientação para Desenvolvimento de Sistemas de informação (OPAS, 1999) *apud* Isnal (2009.p.44) chama a atenção para os seguintes aspectos:

[...] o desenvolvimento de Sistemas de Informação é necessário para criar, democratizar, e aplicar conhecimento; o papel dos sistemas de informação é o de coletar dados brutos, transformar em dados processados, tradicionalmente referidos como informação; sistemas de informação são quase totalmente dependentes dos funcionários que registram as informações, no entanto, estes são geralmente os menos valorizados. Se esse fato não é reconhecido existe uma elevada probabilidade de imprecisão, instabilidade, e o fracasso em qualquer futuro sistema de informação; sistemas de informação em saúde funcionam em vários níveis de sofisticação e complexidade, com o objetivo de melhorar a saúde dos indivíduos e das populações através da adequada aplicação dos conhecimentos adquiridos através das informações geradas pelo sistema.

Refere-se também que uso de computadores foi para melhorar os sistemas de informação e a forma de trabalhar, aumentando a eficiência, a qualidade dos dados e acesso às informações armazenadas. Todos os equipamentos e os sistemas operacionais, devem ter programas adequados que respondam, o mais completamente possível, às exigências dos utilizadores.

Isnal (2009) aborda sobre o rápido avanço das tecnologias da Informação tem oportunizado inúmeros instrumentos facilitadores para a produção de informação. Isto só é possível se os dados estiverem estruturados que permitam o processamento.

Segundo o autor, a padronização mínima dos dados coletados pelas Escolas Técnicas de Saúde do SUS facilitará o desenvolvimento de sistemas computacionais que possibilitará a integração e potencialização do uso das informações de Educação Profissional.

A definição do uso pelas ETSUS de um padrão mínimo de dados permitirá o tratamento de sistemas hoje implantados e a construção de novos sistemas nas escolas que ainda não tem, em uma perspectiva de qualidade, compatibilidade e versatilidade.

Em relação à informação para o processamento computacional, destaca-se a necessidade de estruturação da mesma, ou seja, como transformar os dados existentes do mundo real em informação estruturada, adequada ao processamento computacional (BRASIL,2004).

Bancos de dados são conjuntos de dados com uma estrutura regular que organizam informação é destinado a manutenção de registros e tem o objetivo de manter as informações importantes e significativas ao individuo ou a organização, armazenadas e disponíveis em uma estrutura computacional, dispõe de informações certas e atualizadas sempre que o

usuário precisa. Outra vantagem é que proporciona à organização o Controle Centralizado dos dados operacionais da organização (DATE, 1990).

A construção de sistemas de banco de dados varia conforme a concepção adotada pelo idealizador. Nos últimos anos a abordagem relacional tem sido amplamente utilizada. Um sistema relacional é aquele no qual os dados são percebidos pelos usuários como tabelas e qualquer operação feita geram novas tabelas. O delineamento de uma arquitetura para um sistema de banco de dados pode ser dividido em três níveis: interno, conceitual e externo (DATE, 1990).

6 PLANO DE INTERVENÇÃO

A elaboração da proposta de intervenção foi realizada utilizando-se o método do Planejamento Estratégico Situacional (PES), de acordo com Campos; Faria e Santos (2010).

O PES, a partir de seus fundamentos e métodos, propõe o desenvolvimento do planejamento comum do processo participativo. Sendo assim, possibilita a incorporação dos pontos de vista dos vários setores sociais, incluindo a população, e que os diferentes atores sociais explicitem suas demandas, propostas e estratégias de solução, numa perspectiva de negociação dos diversos interesses em jogo. Essa participação enriquece o processo de planejamento, criando coresponsabilidade dos atores com efetivação do plano de ação, dando mais legitimidade e, mesmo, viabilidade política ao plano (CAMPOS; FARIA; SANTOS, 2010, p. 27-28).

Um conceito básico para a elaboração de uma análise situacional num processo de planejamento é o conceito de problema. Segundo Campos, Faria e Santos (2010), um problema pode ser entendido com uma situação inaceitável e discrepante com o ideal desejado, porém com possibilidade de transformação para o almejado.

6.1 O problema priorizado

O problema priorizado foi a inconsistência, infidedignidade e incompletude dos dados referentes às disciplinas e alunos que são encaminhados para secretaria pelos docentes.

6.1.1 Explicação do problema

A inconsistência, infidedignidade e incompletude de dados pode gerar dados falsos e incorretos no processo de ensino aprendizagem colocando em risco o conceito da instituição e além de gerar os problemas relacionados a certificação do aluno e dificulta a gestão escolar/secretaria comprometendo a administração e gerenciamento.

6.1.2 Causas relacionadas ao problema:

- Dados inconsistentes
- Falta de dados completos
- Dificuldade de emissão dos certificados, históricos escolares e declarações.
- Dificuldade de gestão escolar/secretaria.
- Comprometimento do gerenciamento de informações no âmbito administrativo e pedagógico.
- Qualidade dos dados
- Veracidade dos dados

6.1.3 Causas relacionadas aos docentes:

- Dificuldades no preenchimento do formulário em relação aos módulos e também em relação aos alunos como frequência e avaliação.
- Comodidade.

6.2 Objetivos do plano

- Instituir instrumento normativo facilitador de controle de dados sob a supervisão do coordenador pedagógico/instrutor.
- Apresentar a proposta de controle da precisão dos dados para gestão pedagógica/escolar da ETSAL/UNCISAL, no sentido de buscar adesão dos participantes no asseguramento da qualidade do processo dos dados gerados pelos instrutores sob a supervisão dos coordenadores pedagógicos.

6.3 Ações a serem desenvolvidas

- Treinar os coordenadores pedagógicos/instrutores na busca de alcançar eficácia e eficiência que se traduzem em qualidade dos dados para processos de gestão pedagógica/escolar;
- Implantar instrumento normativo de controle de dados sob a supervisão dos coordenadores pedagógicos/instrutores para gestão pedagógica/escolar;
- Acompanhar os efeitos do treinamento e aplicação da proposta de controle da precisão dos dados para gestão pedagógica/escolar da ETSAL/UNCISAL;

- Avaliar a aplicação e utilização do instrumento normativo sob a supervisão dos coordenadores pedagógicos/instrutores para gestão pedagógica/escolar na busca de alcançar segurança e qualidade no processo de dados fornecidos.

6.3.1 Estratégias a serem utilizadas nas ações

Depois de identificadas as causas consideradas mais importantes, foi necessário pensar em soluções e estratégias para o enfrentamento do problema.

As estratégias utilizadas nas ações estão fundamentadas, principalmente na abordagem com os coordenadores pedagógicos, mediante seis fases explicitados a seguir. Porém, não se pode negligenciar que essas estratégias somente alcançarão a eficácia, graças a participação efetiva dos instrutores pedagógicos.

- **Fase 1**

A proposta será apresentada em roda de conversa, reunião previamente agendada, com a presença de todos os supervisores. Inicialmente será feita a exposição da problemática para ser discutida para fins de encontrar alternativas para a superação da dificuldade existente, no tocante ao controle dos dados para gestão pedagógica/escolar da ETSAL/UNCISAL. Considerando que os dados de acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem gerados pelos docentes do Curso de Complementação para Técnico em Enfermagem da ETSAL estão chegando ao processamento de dados da Escola com inconsistências, causando dificuldades à emissão dos diplomas e históricos escolares, resulta no comprometendo do gerenciamento de informações no âmbito administrativo e pedagógico. Essas inconsistências dos dados referem-se à qualidade dos dados, ou seja, não evidenciam completude na precisão, na fidedignidade e incoerência dos registros emitidos no preenchimento dos documentos relativos ao processo de trabalho da formação dos trabalhadores em saúde, veiculados pelos instrutores sob a supervisão dos coordenadores pedagógicos do curso. Será apresentada e discutida a proposta de elaboração de um plano de intervenção para sanar este problema e as ações que serão desenvolvidas.

- **Fase 2**

Será realizada uma reunião com coordenadores pedagógicos/instrutores na busca de alcançar eficácia e eficiência para registros dos processos de gestão pedagógica/escolar. Neste momento será discutido a importância da participação deles no preenchimento completo dos

dados dos alunos e dos módulos e quais as dificuldades enfrentadas pela secretária pela falta de dados, dados incorretos e incompletos. Discutirão também quais são os fatores que estão impedindo que eles façam de forma correta e quais são as dúvidas que eles têm.

- **Fase 3**

Neste momento foi elaborado o instrumento normativo de controle de dados sob a supervisão dos coordenadores pedagógicos/instrutores (apêndice A e B). Pensou-se num programa de diário de classe digital no qual o professor preenchesse depois de ministrada as aulas conforme cronograma. Com preenchimento obrigatório de cada item que o impedisse de avançar para outro item. O não preenchimento de um item impediria o fechamento do diário. No cabeçalho consta o nome do módulo, carga horária, objetivo geral e nome do instrutor. No corpo o dia, o conteúdo ministrado, a listagem do aluno para colocar a frequência e o espaço para as avaliações. Assim, a secretária vai acessar uma senha e terá conhecimento imediato dos dados lançados, acessando o nome da disciplina. Neste sentido todos os problemas seriam sanados.

- **Fase 4**

Apresentação do instrumento normativo de controle de dados sob a supervisão dos coordenadores pedagógicos/instrutores para registro da gestão pedagógica/escolar. Serão convocados todos os funcionários envolvidos neste processo para apresentar o documento e discutir a sua viabilidade e treinar hipoteticamente o preenchimento do instrumento (diário de classe digital).

Além disso, serão apresentados aos presentes, os instrumentos a serem utilizados, como o quadro de follow-up de consolidação dos dados, caracterizando os nomes dos alunos cursantes, as respectivas áreas de concentração e dispersão, as respectivas cargas horárias da dispersão e concentração, a totalidade respectiva de cada uma; bem como os respectivos instrutores que estão acompanhando os alunos identificados em forma de legenda por meio de cores.

Nesse momento em consonância com a Coordenadora do Projeto de Formação do Curso Técnico de Enfermagem da ETSAL/UNCISAL ficará acordado o encaminhado do referido instrumento, para criação de um programa online, para aplicação posteriormente, a fim de disponibilizar para os coordenadores pedagógicos/supervisores com vistas atender os

objetivos do projeto de intervenção. Por enquanto, o programa se encontra funcionando somente off-line.

O instrumento aplicado, tanto na concentração quanto na dispersão, está caracterizado com o nome do instrutor responsável pela turma, os nomes dos educandos, o código da turma, apresentação da área introdutória seguidas de todas as áreas que vão da I até a IV, com as suas respectivas cargas horárias, a totalização da carga horária do curso, e à direita do instrumento, em coluna, o nome dos instrutores e a identificação de cada por cores, na condição de legenda.

Os dados são encaminhados ao responsável pelo Sistema de Gerenciamento de Informações para Gestão Escolar da ETSUS, pertencente à ETSAL/UNCISAL, a fim de trabalhar sobre o consolidado dos dados fornecidos, finalizando ciclo, na condição de resultado final. Diante disso, é preparado o diploma e o histórico escolar do educando, para atender a sua regularização diante do COREN/AL e das instituições para as quais possam prestar seus serviços.

- **Fase 5**

Será desencadeado o processo de implantação do instrumento normativo de controle de dados sob a supervisão dos coordenadores pedagógicos/instrutores para consolidação da gestão pedagógica/escolar.

- **Fase 6**

Nesta fase será a de avaliação do projeto de intervenção, caracterizado pelo acompanhamento dos efeitos do treinamento e aplicação da proposta de controle dos dados para gestão pedagógica/escolar da ETSAL/UNCISAL. Por fim, a avaliação da aplicação e utilização do instrumento normativo busca alcançar segurança e qualidade no processo de feedback de dados que são fornecidos. A avaliação é imediata à medida que o instrutor preenche os dados. O arquivamento do diário de classe de um período é automático; bastando acessar o ano e o nome do módulo aparece todos os dados arquivados facilitando o acesso dos alunos anteriores.

Com base nesse instrumento, o coordenador pedagógico com o instrutor verifica se os dados estão corretamente preenchidos e se seguem as características para uma informação desejável.

a partir dos dados como correta, completa, confiável, relevante, precisa e em tempo [grifo do autor] e os campos adequadamente registrados conforme os registros requeridos no instrumento.

6.4 Resultados esperados

Espera-se que, a partir da proposição apresentada, os gestores possam ser sensibilizados para a implementação de uma política de gestão que tenha seus fundamentos democráticos e emancipatórios, cujos reflexos sejam sentidos nas atividades profissionais dos técnicos facilitadores e no serviço como um todo.

A resposta supostamente provável e provisória para essa questão é: se dados recebidos pelos coordenadores pedagógicos/instrutores forem rigorosamente e disciplinadamente observados antes da entrega ao Centro de Processamento de Dados, então elevado será o grau de confiabilidade, de precisão e qualidade dos dados, superando-se as inconsistências pelos determinantes causais.

6.5 Pessoas responsáveis pelas ações

O responsável será o autor do presente estudo, no sentido de possibilitar sensibilização diante do problema observado. Porém com base no Plano de Ação tem-se como atores desse processo não somente o pesquisador, mas também os coordenadores pedagógicos e os instrutores que são os responsáveis pela produção dos dados. Nessa trajetória, por extensão, conta-se também com a participação dos que fazem parte da secretaria escolar e dos responsáveis pelo Sistema de Informação da Escola.

6.6 Parceiros ou instituições envolvidas

Os parceiros mais importantes serão os coordenadores pedagógicos e os instrutores pedagógicos. Os coordenadores pedagógicos são entendidos como os parceiros internos do sistema da ETSAL, enquanto que os instrutores pedagógicos são os parceiros “externos”, por extensão, pois são trabalhadores que desenvolvem suas atividades profissionais no próprio serviço nos interiores do Estado.

Nesse caso, não há instituição externa da ETSAL diretamente envolvida nesse processo.

6.7 Recursos necessários

6.7.1 Recursos humanos

Os recursos humanos utilizados nesse processo, além da participação do pesquisador, serão envolvidos a Direção da ETSAL, da Coordenadora do Projeto do Curso Técnico de Enfermagem, dos Coordenadores Pedagógicos e os instrutores pedagógicos e um técnico de informática para controle do programa.

6.7.2 Recursos materiais

Computadores disponíveis para os coordenadores pedagógicos fazerem o acompanhamento do desenvolvimento e avaliação dos módulos e para os instrutores pedagógicos digitarem os dados nos instrumentos resultantes do diário de classe.

6.7.3 Recursos financeiros

Não houve necessidade de recursos financeiros, pois os gastos com os impressos, o tempo destinado para as reuniões com os coordenadores pedagógicos e com os instrutores foram custeados pela própria instituição, na forma de disponibilização de papel, de impressão, de tempo dos envolvidos e deslocamentos eventuais dos coordenadores pedagógicos, considerando que as comunicações em geral serão feitas por telefone e e-mails.

6.8 Cronograma

Momentos	Prazo
Mobilização do público-alvo e discussão da Proposta	

6.9 Acompanhamento e avaliação

O acompanhamento e avaliação do Plano de Intervenção são de responsabilidade dos coordenadores pedagógicos serão verificados por meio dos dados lançados no diário de classe digital pelos instrutores no decorrer do módulo. Baseando-se na análise dos dados levantados será feita a avaliação no momento da verificação, a periodicidade será definida com os coordenadores pedagógicos e no final do módulo. Se for necessário será implementado algum item do diário de classe após o término do módulo. No final do semestre será feito uma reunião com os coordenadores pedagógicos e instrutores para levantar os fatores facilitadores e dificultadores no preenchimento do diário de classe. Será analisado também se o objetivo proposto foi alcançado. Sua implantação será após sua aprovação.

Espera-se que a partir da implantação do projeto de intervenção, os coordenadores pedagógicos trabalharão objetivamente na busca da resolução dos problemas existentes, diante disso será possível, vislumbrar uma reversão no fornecimento dos dados, sendo alcançado a sua eficácia

7 CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu vislumbrar a superação de uma dificuldade que estava causando um sério problema para a ETSAL. Espera-se o alcance dos objetivos propostos geradores de uma nova dinâmica à gestão escolar/secretaria na emissão de certificados e diplomas, em virtude dos dados gerados pelos instrutores pedagógicos. A relevância do estudo está evidenciada pelo seu poder pragmático, demonstrando sua viabilidade, a sua equibilidade, sem dúvida, a sua novidade, pelo menos dentro do contexto da Escola.

Percebe-se pelo levantamento bibliográfico a importância de um instrumento que seja capaz de suprir as falhas no preenchimento de dados no acompanhamento do processo ensino aprendizagem, no desenvolvimento e na avaliação dos módulos. A informação dos dados de forma eficaz e fidedigna é de fundamental importância na gestão escolar e no desenvolvimento de todos os processos de ensino aprendizagem, pois através deles pode-se avaliar se os objetivos foram alcançados e também fornecer dados para pesquisa e informações importantes sobre o histórico escolar do aluno.

O estudo evidencia que o problema encetado alinhado aos objetivos foi alcançado, além de apontar que as dúvidas levantadas no tocante aos nós críticos, obtiveram tratamento adequado, sendo oferecidas estratégias resolutivas e de superação.

| Espera-se que novos estudos de intervenção possam ser desenvolvidos, sempre que outros problemas sejam identificados.

REFERÊNCIAS

ALVES, V. L. de S. **Gestão da Qualidade Ferramentas utilizada no Contexto Contemporâneo da saúde**. São Paulo: Martinari, 2009.

BRASIL. Home Page da FIOCRUZ. RETSUS – **Rede de Escolas Técnicas do SUS**. Disponível em: <http://www.retsus.fiocruz.br/index.php?Area=EPS>. Acesso: 10/03/2013.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Agenda nacional de prioridades de pesquisa em saúde /Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. – 2. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2008, p. 5.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social/MPAS, Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social/INAMPS. **Programa de Formação de Pessoal de Nível Médio**. [internet] Rio de Janeiro (RJ): 1987 [acesso em 25/03/2013]. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Prog_form.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Princípios e Diretrizes para NOB/RH-SUS. 2. ed. rev. e atual., 3.^a reimpr. – Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2003. [acessado em 2009 abr9] 112 p. Disponível em http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/03_0977_M.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Estruturação da área de recursos humanos nas Secretarias de Saúde dos Estados e do Distrito Federal**. Brasília (DF): CONASS, 2004. 220 p., (CONASS Documenta; v.1), p. 8; 18-20; 29-30. [acesso em 2009 mai 23]. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documental.pdf>.

BORGES, F. T. *et al.* Escolas Técnicas do SUS (ETSUS) no Brasil: regulação da integração ensino serviço e sustentabilidade administrativa. **Ciênc. Saúde coletiva**, v.17, n.4. Rio de Janeiro Apr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000400020>. Acesso em 31/12/2012.

CAMPOS, F. C. C. de; FARIA, H. P. de; SANTOS, M. A. dos. **Planejamento e Avaliação das Ações em Saúde**. NESCON/UFMG – Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família. 2. ed. Belo Horizonte: Coopmed, 2010. 114p.

CANZONIERI, A. M. **Metodologia da pesquisa qualitativa na saúde**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CARNEIRO, J. L. **Sistemas de Informações Gerenciais**. [homepage na internet]. jlcarneiro.com; publicada em 2006 fev 28 [atualizada em 2008 dez 8, acesso em 2009 mar 30]. Disponível em <http://www.jlcarneiro.com/sistemas-de-informacoes-gerenciais/>.

COLMAN, Rosilene Santana Lage. Gestão documental nos arquivos escolares: estudo de caso nas escolares públicas de Pirajá da Silva, Colégio Estadual da Bahia e Cefet. – Salvador,

2008, p. 20. Salvador (BA): Universidade Federal da Bahia, 2008. Disponível em <http://twiki.ufba.br/twiki/pub/ICI/Arquivologia/Rosilene_Santana_Lage_Coman.pdf>. Acesso: 10/03/2013.

CREM, A.B. **Importância da padronização de dados e informações geográficas na CVRD** [homepage na internet]. Curitiba (PR): Editora MundoGEO; © 2000-2009 [acesso 2009 mai 8] Disponível em http://www.mundogeo.com.br/revistas-interna.php?id_noticia=10095.

DATE, C.J. **Introdução a sistemas de bancos de dados**. Tradução (da 4ª edição original) de Contexto Traduções. – Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GALVÃO, E. de A.; SOUSA, M. F de. As escolas técnicas do SUS: que projetos político-pedagógicos as sustentam? *PhysisRevista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 22 [2]: 1159-1189, 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v22n3/17.pdf>>. Acesso em 31/12/2012.

STANDART ORGANIZATION ISO. ISO 1087-1: Terminology work – vocabulary- PART 1: theory and application. Geneva: 2000.

ISNAL, A. **Necessidades de informação para as escolas técnicas do SUS**. Dissertação (mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro, s.n. 2009.

KRAWCZYK, N., A gestão escolar: Um campo minado... Análise das propostas de 11 municípios brasileiros. *Educação & Sociedade*, ano XX, nº 67, Agosto/99, p. 116.

MEZOMO, J. C. **Gestão da Qualidade na Saúde – Princípios Básicos**. – São Paulo: Editora Manole Ltda— Barueri, 2001.

MONTEIRO, E. M. L. M; VIEIRA, N. F. C. Educação em Saúde a partir de círculos de cultura. *Rev. bras. enferm.*, v.63, n.3, p.397-403, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n3/a08v63n3.pdf>.

MORESI, E. (Organizador), **Metodologia de Pesquisa**, Universidade Católica de Brasília, 2003.

OLIVEIRA, D.P.R. **Sistemas de Informações Gerenciais**, São Paulo: Atlas, 1992.

OLIVEIRA, Sérgio Pacheco; GARCIA, Ana Cláudia Pinheiro; **Variáveis e indicadores para análise de recursos humanos em saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: ENSP/ FIO CRUZ; 2006. p. 23-24.

OLIVEIRA, D. C de. **Prioridades de Pesquisa em Saúde e em Enfermagem no Brasil**. I Encontro Alagoano de Pós-graduação em Enfermagem I Encontro Alagoano de Pós-graduação em Enfermagem. 2011.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. Setting up Healthcare Services Information Systems: A Guide for Requirement Analysis, Application Specification, and Procurement.

Washington (DC): PAHO; 1999. 624 p. [acessado em 2009 mar 4]. Disponível em <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=407272&indexSearch=ID>.

—PEREIRA, Isabel. B.; RAMOS, Marise N. **Educação profissional em saúde**. ed.Rio de Janeiro : Editora Fiocruz, 2006,v.1.118 p.

RODRIGUES. W. C. **Metodologia Científica**. FAETEC/IST. Paracambi, 2007.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C.F., LUCIO, P.B. **Revisão técnica e adaptação**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006, p. 40.

SÓRIO, R. E da R. Ministério da Saúde. Educação Profissional em Saúde no Brasil: **a proposta das Escolas Técnicas de Saúde do Sistema Único de Saúde. Formação**, Brasília n.5,p.45-48 maio, 2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS UNCISAL **Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014**. Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas UNCISAL. Maceió – 2010. Disponível em: <http://www.retsus.fiocruz.br/index.php?Area=EPS>. Acesso: 10/03/2013.

WAZLAWICK, R.S., **Metodologia de Pesquisa para Ciência da Computação**, Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2009.

Catálogo na fonte

A597e ANJOS, Eliezel Alves dos.

Estratégia de intervenção no controle de registro de dados para gestão pedagógica/escolar: a busca na qualidade dos dados /Eliezel Alves dos Anjos. Minas Gerais, 2012.

45.p

Orientador: Eulita Maria Barcelos.

Monografia (especialização) Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.